

■ Biopoder, Trabalho e Valor

.....**Simone Sobral Sampaio**

*“O pensamento revolucionário nada tem em comum com a idolatria. Os programas e os prognósticos verificam-se e corrigem-se à luz da experiência, que é para o pensamento humano a suprema instância.
(...)”*

A teoria nada mais é do que a realidade generalizada. Em uma atitude honesta com respeito à teoria revolucionária exprime-se a apaixonada vontade de refundir a realidade social”.

Leon Trotsky, Noventa anos do Manifesto Comunista

O capitalismo é uma relação social, como modo de produção produz tudo, inclusive formas de vida. Sua configuração espraiada de reprodução social assujeita a sociedade inteira. Ele se impõe como força coletiva para diminuir a precariedade de seu funcionamento particular. O capitalismo precisa de tudo para sobreviver, cada brecha que seja serve-lhe de pontos de apoio para garantir sua sobrevivência.

Nessa economia do biopoder, de produção de formas de vida, o capitalismo reconduz processos criativos e inventivos para reduzi-los, pois a enormidade desses processos é de difícil digestão, por isso esse modo de produção e sua sociabilidade mercantil sobrevivem à custa de tudo coisificar. Produzir a vida reificada, eis o elixir capitalista.

O termo Biopoder foi elaborado por Foucault para descrever os novos dispositivos e agenciamentos das relações de poder do fim do século XVIII e início do XIX, centrados na ideia de população e na gestão da vida. Quanto a essa tecnologia do poder, afirma Foucault (1979),

uma das grandes novidades nas técnicas do poder, no séc.XVIII, foi o surgimento da ‘população’, como problema econômico e político: população-riqueza, população mão-de-obra ou capacidade de trabalho, população em equilíbrio entre seu crescimento próprio e as fontes de que dispõe. Os governos percebem que não tem que lidar simplesmente com sujeitos, nem mesmo com um ‘povo’, porém com uma ‘população’, com seus fenômenos específicos e suas variáveis próprias: natalidade, morbidade, esperança de vida, fecundidade, estado de saúde, incidência das doenças, forma de alimentação e de habitat” (p. 28).

A população torna-se problema econômico e político, possuindo fenômenos e variáveis específicos. Assiste-se a formação de uma tecnologia excessiva de poder que age duplamente: “pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida”, com vistas à “sujeição dos corpos e o controle das populações” (1979:131). É o que Foucault denomina como a era do Biopoder. Uma tecnologia de poder previdente e preventiva sobre a população para “fazer viver”, para proteger essa massa de indivíduos e controlar a mortalidade, ou melhor, oferecer segurança quanto aos seus riscos internos.

Controlar os processos da vida através de mecanismos contínuos, ainda mais nesses tempos em que predomina a desdiferenciação entre todas as esferas (política, social, econômica, biológica, cultural, científica). “Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida” (FOUCAULT, 1979, p.135).

Porém, o exercício desse mecanismo do poder não se reduz a si mesmo, mas possui uma intencionalidade (miras e objetivos) imanente às demais relações sociais, ou seja,

esse bio-poder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos (FOUCAULT, 1979, p. 132).

O desenvolvimento do capitalismo torna imprescindível essa alteração na tecnologia do poder, mas ao mesmo tempo, é essa modificação que torna possível tal desenvolvimento: há uma constante implicação entre o crescimento do capitalismo e a biopoder. Se a garantia da manutenção desse modo de produção passa pelos aparelhos de Estado, o biopoder age internamente no processo econômico de gestão do capital, sendo-lhe funcional e operatória,

garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia; o ajustamento da acumulação dos homens à do capital, a articulação do crescimento dos grupos humanos à expansão das forças produtivas e a repartição diferencial do lucro, foram, em parte, tornados possíveis pelo exercício do biopoder com suas formas e procedimentos múltiplos (ibidem, p. 133).

Parece que Foucault leu Marx, quando este diz “a população é uma abstração se deixo de lado as classes que a compõem” (“Pós-fácio”. In: Contribuição à Crítica da Economia Política).

Nos Grundrisses, na passagem “Maquinaria e mais-trabalho. Recapitulação da Teoria da Mais-valia em geral”, Marx descreve a violenta transformação da maior parte da população em assalariados e a disciplina, que converte sua existência em meros trabalhadores, o uso de medidas coercitivas inclusive para transformar trabalhadores em mera capacidade de trabalho. Para isso, toda uma população precisou ser acostumada – ainda que pela força – ao trabalho assalariado.

O que estou querendo dizer com essas duas passagens acima é que o termo população e força de trabalho aproximam-se. Preparar e cuidar da *população* necessária ao desenvolvimento do capitalismo é formar a *força de trabalho* necessária ao seu desenvolvimento¹⁹. Mesmo porque o capitalismo precisa conviver com todas as contradições de sua processualidade.

A classe trabalhadora é a primeira população. A gestão dessa vida sempre foi “cuidada” pelo capital, pois que é a classe possuidora da força de trabalho, isto é, da “soma de todas as aptidões físicas e intelectuais existentes na corporeidade”. Nessa definição de Marx não está determinada nenhuma capacidade particular, nem mesmo um determinado tipo de trabalho. Mas, “potência de produzir”, algo primordial ao capital.

No corpo do trabalhador está a capacidade genérica de produzir. O capitalista compra essa força de trabalho, faz com que essa capacidade transforme-se em ato, em trabalho, todavia essa mercadoria comprada pelo capitalista não se desprega do seu possuidor. A força de trabalho reside na vida do trabalhador, só por isso ao capitalismo interessa essa vida. O governo da vida, o governo de algo intangível, que só se apresenta como simples capacidade genérica.

No capitalismo, a classe trabalhadora define-se como composta por aqueles que *só* possuem sua força de trabalho nessa relação. Ao invés, do centramento na solidão, na carência, a formulação de uma análise produtiva para pensar a luta contra o capitalismo, ocupa-se do entendimento do que é essa *capacidade*. No presente, como central à produção, estaria o trabalho caracterizado pelo conhecimento, pelo saber, pelo intelecto geral nas palavras de Marx.

Deslocar-se da analítica centrada na solidão parece difícil, pois que a tendência de autonomização do trabalho é de difícil verificação devido às determinações sociais nas quais ele está emaranhado.

No influxo do capitalismo, a própria tendência na qualidade do trabalho, sob a égide do trabalho imaterial, apresenta-se como dilemas a serem enfrentados por toda a classe trabalhadora. Quer dizer, o que fazer quando o relógio se diluiu,

19 Sobre a relação biopoder e força de trabalho ver Virno, *Gramática da Multidão*, 2003.

quando seus ponteiros saíram do seu interior estreito, saíram de uma definição rígida que demarcava o horário de trabalhar? O que fazer com a precarização dos contratos, com a polivalência que desqualifica a formação de uma apropriação das funções, e com a mudança de papéis e de lugares que faz com que tudo fique raso na apreensão da experiência?

Sem dúvida a hegemonia do trabalho imaterial impregna outros tipos de trabalho, e toda a sociedade. Igualmente, quando a tônica do trabalho concentra-se nas ideias e nos afetos, os processos de produção de alienação são ainda mais penosos, pois quanto maior a potência do trabalho, mais intensos são os mecanismos para garantir seu controle no cerco da propriedade privada do capital. As qualidades do trabalho imaterial são as mesmas causas dos efeitos deletérios que sentimos, à medida que cada qualidade que possui impulsiona uma ameaça direta ao capitalismo, o que o faz responder de forma violenta.

Nesse quadro, o proletariado hoje pode ser entendido “como uma vasta categoria que inclui todo trabalhador cujo trabalho é direta ou indiretamente explorado por normas capitalistas de produção e reprodução, e a elas subjugado” (HARDT, NEGRI, 2001, p.71). Essa categoria assim reelaborada diminui a fronteira entre a esfera econômica e cultural, e, principalmente, aproxima-se de Marx quando este analisa o proletariado como categoria estritamente econômica, na submissão do trabalho ao capital, mas também como categoria política na produção de si. Talvez, essa proximidade seja maior ainda quando analisada a partir do conceito marxista de trabalho produtivo. Explica Marx em *O Capital*,

o conceito de trabalho produtivo, portanto, não encerra de modo algum apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, formada historicamente, a qual marca o trabalhador como meio direto de valorização do capital (1985, p.106).

É o trabalho que é a fonte do capital, da mercadoria e de toda riqueza produzida. Da mesma forma é a resistência o elemento determinante do movimento dessa história, capaz de criar uma realidade ativa, diferentemente do processo capitalista que funciona reagindo à recomposição técnica e política da classe trabalhadora.

Se o capital é uma relação social, o trabalho imaterial organiza outra relação social²⁰, pois que não produz somente bens restritos à esfera econômica,

20 Hardt e Negri definem essa produção de subjetividades como biopolítica. Para esses autores, “o biopoder situa-se acima da sociedade, transcendente, como uma autoridade soberana,

mas conhecimentos, afetos, ideias no âmbito da produção e da reprodução social. O que é produzido é de difícil aferição, é definido por sua incomensurabilidade. Quer dizer, como medir a produção de subjetividade, a formação política e cultural de identidades que se realizam não de forma atomizada, mas em processos cooperativos, nos quais a comunicação e o afeto são constituintes de novas redes? (cf. HARDT E NEGRI, 2005, p.101).

Não se trata de instrumentalizar o afeto, a comunicação, a cooperação, a colaboração como se vê na farsa capitalista, como moeda de troca do discurso empresarial. A criação da vida nos processos do trabalho imaterial constitui-se não como técnica, mas como práxis, em que o agente, a ação e a finalidade do agir são inseparáveis. Qualitativamente, não se estaria produzindo apenas mais um arranjo tecnológico, mas subjetividades e potencialidades criativas.

Nesse processo de produção de outra subjetividade não há separabilidade na organização estratégica da luta do que caberia à ordem política, econômica, social e cultural, não apenas porque elas estão juntas na realidade social, mas porque em cada um destes elementos repousam ativamente os demais, de modo a não mais se distinguirem. Nesse processo, ainda, é a luta, os processos de resistência que constituem a identidade dos sujeitos, nele, a classe é determinada pela luta de classes, e não pela carteira de identidade fornecida pelo poder (idem).

Esses sujeitos não são apenas trabalhadores assalariados, mas são “todos aqueles que trabalham sob o domínio do capital” (ibidem, p.148). Nesses termos, se o trabalho abstrato é a fonte do valor em geral, a medida que servia como equivalência entre a quantidade de tempo de trabalho abstrato e quantidade de valor se desmanchou na existência. Tudo que é sólido se desmancha no ar²¹, o concreto relógio de ponto se evaporou na intimidade entre vida e trabalho.

A resistência a esse tipo de poder sustenta-se exatamente em seu alvo e objeto, ou seja,

na vida e no homem enquanto ser vivo. Temos aí um processo bem real de luta; a vida como objeto político foi de algum modo tomada ao pé da letra e voltada contra o sistema que tentava controlá-la. Foi a vida, muito mais do que o direito, que se tornou o objeto das lutas políticas, ainda que estas se formulem através de afirmações de direito. O “direito” à vida, ao corpo, à saúde, à felicidade, à

e impõe a sua ordem. A produção biopolítica, em contraste, é imanente à sociedade, criando relações e formas sociais através de formas colaborativas de trabalho” (2005, p.135).

21 “Tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são obrigados finalmente a encarar sem ilusões a sua posição social e as suas relações com os outros homens” (texto do Manifesto Comunista).

satisfação das necessidades, o “direito”, acima de todas as opressões ou “alienações”, de encontrar o que se é e tudo o que se pode ser, esse “direito” tão incompreensível para o sistema jurídico clássico, foi a réplica política a todos esses novos procedimentos de poder que, por sua vez, também não fazem parte do direito tradicional da soberania (FOUCAULT, 1979, p. 136).

Na soberania o poder de causar a morte ou de deixar viver, a “apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida; culminava com o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la” (ibidem, p.128).

Esse tipo de poder talvez explique o estranho fato de que, ainda em 1955, a fundação da primeira Liga Camponesa do Nordeste brasileiro não tivesse como objetivo principal a melhoria das condições de vida dos camponeses da região açucareira. Josué de Castro nos conta que “o objetivo inicial das Ligas fora o de defender os interesses e os direitos dos mortos, não os dos vivos” (cf. o texto “A reivindicação dos mortos”, in: Fernandes e Gonçalves, 2007, p.125). Ter sepultura e caixão. As Ligas Camponesas “de início, tinham assim muito mais a ver com a morte do que com a vida, mesmo porque com a vida não havia muito que fazer”. Reivindicar direitos na morte diante da total ausência deles na vida. “Tudo isso só tem sentido quando a gente compreende que, para os camponeses do nordeste, a morte é que conta; não a vida, desde que, praticamente, a vida não lhes pertence” (ibidem, p.126). A vida não pertencia, desde que de escravos de um dono passaram a serem escravos do sistema do latifúndio açucareiro.

Então, caberia perguntar como a vida tem sido objeto da luta política atualmente, quais seriam hoje os registros da vida na luta da classe trabalhadora, quando e por que a vida aparece como objeto das lutas políticas? Na defesa da diversidade biológica, na luta pelo *software* e *hardware* livres; luta em torno do acesso ao conhecimento e à cultura; pelo acesso à água ou contra as mudanças climáticas. Lutas na construção do que se tem em comum, para além da inserção de cada um no mercado de trabalho. As lutas da classe trabalhadora não são determinadas particularmente pelo local que esses indivíduos ocupam no processo produtivo, mas de acordo com sua vinculação genérica e singular com o mundo. Sobre essa questão é muito esclarecedor o que nos diz Deleuze (1998): “O sujeito de direito, enquanto se forja, é a vida enquanto portadora de singularidades, enquanto ‘plenitude do possível’, e não o homem enquanto forma de eternidade” (p. 123). Atualmente, a luta primordial contra o capitalismo, contra a exploração, não é dada fundamentalmente pela diminuição da jornada de trabalho, mas pela ascensão do comum, pela assunção da vida.

Se no capitalismo “a vida é uma mercadoria com uma conta de frete presa a ela” (como diria Henry Miller, no Trópico de Capricórnio). O que essas lutas estão demonstrando é que a privatização da vida é insuportável, sendo já possível e necessário reconhecê-la ao comum.

Referências

- DELEUZE, G. *Foucault*. Lisboa: Vega, 2ª ed., 1998.
- FERNANDES, B.M.; GONÇALVES, C.W.P. *Josué de Castro – vida e obra*. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2007.
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2ª ed., 1979.
- HARDT, M.; NEGRI, A. *Multidão*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- LAZZARATO, M.; NEGRI, A. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, Coleção Os Economistas, 2ª ed., 1985.
- MARX, K. Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política. Borrador 1857-1858. VI.2. Buenos Aires, Argentina: Siglo Veintiuno editores, 2005.
- VIRNO, P. *A Gramática da Multidão*. Traficantes de Sueños editorial, 2003. Disponível em : <http://www.nodo50.org/ts/editorial/gramatica.htm><http://www.nodo50.org/ts/editorial/gramatica.htm>



Comunismo.....

